

TRANSFORMAÇÕES NA TRAJETÓRIA DA MULHER CONTEMPORÂNEA

Denise Bernardi Doutoranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Psicóloga.

Contato: denise.bernardi@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir sobre a maternidade e as transformações na identidade feminina na atualidade. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura utilizando-se como base autores de referência que pesquisam sobre o tema. A entrada da mulher no mercado de trabalho trouxe significativas mudanças na estruturação da família. Dentre algumas das transformações ocorridas destaca-se a diminuição no número de filhos por casal, e o aumento de casais sem filhos. Na atualidade, há uma pressão social, sobretudo nas camadas médias, para que a mulher esteja ativa no mercado de trabalho e dedique-se a maternidade, o que torna difícil lidar com a sobrecarga que essas funções acarretam. Conclui-se que, o ingresso da mulher no mercado de trabalho permitiu que ela tivesse maior autonomia, e abriu a possibilidade de escolhas que até então não eram permitidas. Porém, harmonizar trabalho, vida pessoal e responsabilidades familiares têm sido um desafio cada vez mais intenso para mulher contemporânea.

Palavras-chave: Mulher. Maternidade. Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, assistimos a diversas transformações no papel social da mulher. Sua inserção no mercado de trabalho, em especial, provocou mudanças significativas no papel feminino e na sua relação com a maternidade. Hoje, ela investe em sua carreira, cursa terceiro grau e está cada vez mais inserida no âmbito laboral. Deste modo, envolvida em outras funções, na atualidade ela tem menos tempo para dedicar-se a maternidade.

Ao longo da história, a mulher passou a se dividir em diferentes papéis, de esposa, de mãe e de profissional. A multiplicidade de funções que ela assumiu ao longo do tempo gera reflexões, visto que, ser esposa em uma cultura na qual existem expectativas de uma companheira compreensiva e competente gestora da casa é certamente um papel árduo. Assim como ser mãe numa sociedade cuja expectativa é a educação idealizada dos filhos é igualmente uma tarefa difícil (MALUF, 2012).

Há uma pressão social, sobretudo nas camadas médias, para que a mulher invista em sua carreira, esteja ativa no mercado de trabalho, e dedique-se a maternidade, o que torna difícil lidar com a sobrecarga que essas exigências acarretam. Tal fato tem levado algumas mulheres a abrir mão, ainda que temporariamente, de questões que lhe pareciam fundamentais como a casa e os filhos (ROCHA-COUTINHO, 2010; 2013).

A entrada da mulher no mercado de trabalho trouxe significativas mudanças na estruturação da família. Dentre algumas das transformações ocorridas, destaca-se a diminuição no número de filhos por casal. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) houve um aumento no número de casais sem filhos, sendo que este tipo de configuração vem crescendo anualmente.

No âmbito destas considerações, este estudo teve como objetivo refletir sobre a maternidade, o projeto de ter filhos e as transformações na identidade feminina na atualidade. Nele pretende-se refletir sobre as transformações ocorridas na família ao longo dos séculos e a influência da inserção da mulher no mundo do trabalho para a diminuição no número de filhos.

1 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto no presente estudo, foi realizada uma revisão de literatura acerca da produção científica referente a maternidade e as transformações no papel da mulher na sociedade. Para tanto, utilizou-se como base autores de referência que pesquisam sobre o tema. As fontes privilegiadas para a pesquisa foram as bases de dados Scielo e LILACS. Para o levantamento do material foram utilizados os seguintes descritores: mulher, maternidade, gênero e mercado de trabalho. Com estes foram feitas diversas combinações.

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR

A família passou por diversas transformações ao longo dos anos. Segundo Roudinesco (2003), a evolução da família pode ser dividida em três grandes períodos. Numa primeira fase, a família denominada “tradicional” tinha como objetivo propósito a transmissão de

patrimônios. Deste modo, grande parte dos casamentos eram arranjados entre os pais e a ordem da família era submetida a uma autoridade patriarcal.

Na segunda fase, a família denominada “moderna”, cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e metade do século XX, é baseada numa lógica afetiva fundada na reciprocidade de sentimentos. Na terceira fase, na família denominada “contemporânea”, cujo modelo se apresenta a partir dos anos 1960, a transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais problemática frente ao aumento de divórcios e separações conjugais (ROUDINESCO, 2003).

No modelo familiar dito “tradicional”, os homens e as mulheres tinham lugares e funções bem definidas. O pai era o provedor financeiro da família e tinha um poder inquestionável. Os cuidados com a casa, a comida, e os afazeres domésticos, eram garantidos pela mulher (CECCARELLI, 2007). Ela era educada para assumir os papéis de esposa e mãe. Quando casada, esperava-se que tivesse vários filhos. Muitos nasciam mortos ou faleciam antes de completar um ano e essa sucessão de partos contribuía, sobretudo, para a decadência física feminina e para o seu envelhecimento precoce (SAMARA, 2004).

Neste cenário havia um interesse pela manutenção do prestígio e da estabilidade social. Por essa razão, a família procurava limitar o casamento misto, evitando a miscigenação de cor e posição financeira. Os critérios de seleção para o casamento nessa época levavam em conta um quadro de valores onde raça, riqueza, ocupação e origem eram fatores altamente significativos. O casamento era visto como um ato social de grande importância, que privilegiava interesses e fazia-se num círculo limitado, sendo comum a união entre parentes com a finalidade de preservar a fortuna da família (SAMARA, 2004). Os matrimônios, deste modo, ficavam sujeitos a padrões e normas que dividiam os indivíduos pela origem e pela posição socioeconômica.

Nesse período, a mulher era referida como sensível e inadequada para o serviço braçal, por isso deveria exercer exclusivamente as funções do lar. Frente ao tempo que ela dedicava ao cuidado dos filhos, ela era excluída do processo de busca de renda financeira. As mulheres trabalhavam apenas com pequenos artefatos para reprodução, porém a maior parte do tempo dedicavam-se ao cuidado dos filhos (ROCHA-COUTINHO, 1994).

O trabalho doméstico realizado pela mulher no âmbito familiar era organizado de maneira individual e privada, o que permitia que ele fosse caracterizado como “não trabalho”. As tarefas da casa, seu valor e esforço, não eram reconhecidos como trabalho, a família desconhecia ou ignorava essa economia paralela e tratava com pouco prestígio as tarefas desempenhadas pela mulher neste âmbito.

Neste cenário, o trabalho desempenhado pela mulher não possuía um papel economicamente importante para a família, e as tarefas realizadas por ela não pareciam necessárias para a manutenção do lar (ORTNER, 1979). A reduzida valorização do trabalho desenvolvido pela mulher no lar é uma marca que ainda hoje pode ser observada na sociedade.

Ao longo dos anos, o trabalho em busca de renda familiar sempre foi executado pelo homem. Segundo Ariès (1981), neste modelo, o poder paterno era reforçado, e a mulher e os filhos submetiam-se a ele sem questionamentos. O comportamento de subordinação feminino no cotidiano das mulheres era percebido como algo natural e que fazia parte da sua vida diária.

Em decorrência da naturalização das funções femininas, uma série de características eram atribuídas a mulher, sendo consideradas fundamentais e necessárias para o desempenho de uma boa mãe e uma boa esposa. A definição destas características caminhou para uma elevada discriminação das mulheres. Era negado a elas todas as capacidades socialmente valorizadas que garantiam a possibilidade de participar do espaço público (ROCHA-COUTINHO, 2013; 2015).

Nessa época, a família cumpria sua função básica de assegurar a transmissão dos bens aos filhos, e o envolvimento afetivo entre seus membros era quase inexistente. A incidência da mortalidade infantil nesse período era alta, e atingia todas as classes sociais, sendo percebida como um acontecimento natural. As más condições de habitação, a falta de tratamento adequado e o desprezo pelas doenças da primeira infância contribuíam para esse cenário (SAMARA, 2004).

Ao longo do tempo, as crianças foram ganhando um papel relevante na sociedade e a afeição foi tornando-se importante entre os cônjuges e entre pais e filhos. Nesta realidade familiar, baseada na afeição, a mulher é quem passa a ser a principal responsável pelos cuidados à criança. O homem, por sua vez, permanecia no âmbito externo, envolvido nas funções laborais.

Até o início do século XX, o homem tinha uma posição bastante definida na família. Seu mundo era o da profissão e dos negócios, e ele era o único responsável pelo sustento financeiro do lar, sendo que dele não era esperada participação nas atividades domésticas. Cabia ao homem potência e autoridade no desempenho do seu papel (MALUF, 2012).

Esse modelo de estrutura familiar enfatizava a autoridade do marido e restringia a mulher ao âmbito familiar. A dedicação exclusiva da mulher ao trabalho doméstico impedia ou dificultava sua participação em espaços públicos. Neste cenário as mulheres casavam cedo e depois de casadas passavam da tutela do pai à do marido, elas mantinham-se

ocupadas cuidando dos filhos e da casa, desempenhando a função doméstica que a elas era reservada (SAMARA, 2004).

Para a mulher, nesse período, era destinado apenas o espaço não-produtivo, o das atividades do lar, enquanto que o trabalho produtivo, remunerado, era realizado pelos homens nos espaços públicos. À mulher cabia fornecer todos os cuidados necessários para o conforto e o bem-estar do marido e dos filhos. Os cuidados da casa e da educação das crianças, apesar de ocupar a mulher em tempo integral, não rendiam a ela nenhum benefício financeiro (ROCHA-COUTINHO, 2005; 2010).

2.2 TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DO HOMEM E DA MULHER NA FAMÍLIA

Algumas das principais mudanças ocorridas na estrutura da família aconteceram por volta dos anos 1960, com a chamada revolução sexual. De acordo com Ceccarelli (2007), o surgimento da pílula anticoncepcional neste período foi recebido com muita apreensão, pois anunciava o fim da família tradicional, dos costumes e da moral.

O modelo de família “moderna” nasceu gerando uma maior democratização de direitos entre os membros do sistema familiar. Segundo Rocha-Coutinho (2015), com o aparecimento de novas técnicas para acompanhar o parto e a gravidez, passou-se a problematizar a saúde e a quantidade de filhos, levando os casais à redução no número de filhos, diferentemente da família tradicional na qual o número de filhos não era controlado. Neste contexto, a mulher passou a ter mais liberdade de escolha e autonomia frente a suas decisões. A partir dos anos 1970, com o movimento feminista e suas críticas sobre o lugar da mulher na família e na sociedade, abre-se um espaço para liberdade relativo à escolha da maternidade, incluindo o direito de recusá-la, sendo esta uma mudança central no papel da mulher.

Nesse período, o rígido modelo patriarcal começava a mostrar-se fragilizado, visto que o movimento feminista surgiu possibilitando uma maior divisão dos poderes e privilégios entre os homens e as mulheres (BARDWICK, 1981). Embora cresça o número de homens que apoiem as mudanças no status feminino, ainda há muitos que mantêm uma visão tradicional sobre os papéis de cada gênero.

Segundo Singly (2007), as transformações com as quais a família contemporânea se deparou a partir dos anos de 1960 levaram a um empobrecimento de seu papel social. As mudanças ocorridas na família ocasionaram modificações no papel da mulher. À medida que as mulheres se inseriram no mercado de trabalho e passaram a ter que conciliar atividades profissionais e familiares, elas passaram a assumir um lugar diferenciado na sociedade.

Para algumas mulheres, o papel doméstico era suficiente, para outras, porém, não trazia satisfação. As responsabilidades domésticas da mulher passaram, então, a ser encaradas como um impedimento crucial para sua independência (BARDWICK, 1981). E o universo feminino que até a década de 1950 se limitava ao lar, passou a se expandir.

Cabe considerar que, duas importantes mudanças transformaram a concepção dos indivíduos sobre o trabalho ao longo dos anos. A primeira delas é atrelada ao fato de que as pessoas passaram a perceber a atividade laboral como uma oportunidade de auto realização. A segunda está relacionada ao fato de que, através do trabalho as pessoas perceberam que poderiam potencializar algumas de suas características. Neste sentido, as mulheres que por muito tempo estiveram socialmente confinadas ao ambiente familiar e as atividades do lar, em decorrência da tradicional divisão de papéis, encontraram no trabalho externo satisfação, realização pessoal e reconhecimento social (ARAÚJO; SCALOM, 2005; FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Além disso, é importante salientar que, as mudanças na estrutura da economia decorrentes, sobretudo, do impacto da segunda guerra mundial colocaram a necessidade do aumento da renda familiar e com isso a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho. A entrada da mulher no âmbito laboral e seu consequente ganho financeiro retirou o poder absoluto dos homens sobre as decisões familiares e conseqüentemente trouxe mais independência para as mulheres.

Ressalta-se que, a inserção da mulher no mercado de trabalho não foi o único mobilizador das mudanças no interior da família. O controle da fecundidade, o aumento do número de divórcios e de uniões livres também contribuíram para o surgimento de outras formas de vida familiar. A inserção da mulher no mercado de trabalho exigiu a criação de novos espaços para acolher as crianças que antes permaneciam sob os cuidados da mãe. Nesse período surgiram as creches e também modos de guarda subvencionados pelo poder público para atender esta demanda (SINGLY, 2007).

É possível que em nenhum outro período da história da humanidade tenha ocorrido mudanças tão significativas nas relações familiares. Em menos de um século, os direitos das mulheres se transformaram, e com isso a ela ganhou a liberdade de não ficar mais restrita apenas ao exercício da maternidade e aos afazeres domésticos e do lar (OSÓRIO; VALLE, 2011).

Assim como o papel social da mulher mudou, o papel do homem também passou por transformações. No início do século XX, o homem tinha uma posição bastante definida na família, ele era o único responsável pelo sustento do lar, sendo que dele não era esperado

participação nas atividades domésticas. Na atualidade, ele tem se engajado de forma mais ativa nas tarefas do lar, porém histórica e culturalmente a maior responsabilidade por estas atividades foi da mulher.

Os papéis femininos e masculinos são transmitidos desde a infância através das expectativas atitudes e comportamentos típicos para cada gênero. As características e peculiaridades próprias de cada sexo são repassadas pelos pais, familiares, escola e meios de comunicação e incorporadas no decorrer da formação da criança e do adolescente. Essas características fazem parte de um conjunto de particularidades atribuídas ao homem e à mulher (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004; ARAÚJO, 2005).

Como já assinalamos, o papel feminino historicamente esteve ligado ao exercício da maternidade e à dedicação ao lar e aos filhos. O papel masculino, por outro lado, foi fundado na relação com o trabalho e a manutenção econômica da família. Entretanto, na atualidade deparamo-nos com um novo modelo de papéis masculinos e femininos, que evidencia a individualidade dos sujeitos. Neste novo modelo de família, as fronteiras de identidades são fluidas e permeáveis, e com diferentes possibilidades de representação.

2.3 E UM NOVO MODELO DE FAMÍLIA SE DESENHOU...

A cada novo censo demográfico realizado no Brasil, renova-se a ideia de que a família não é mais a mesma. Mas não é mais a mesma em relação a quê? Dizer que “a família já não é mais a mesma” indica que em algum momento a família brasileira teria correspondido a um padrão ideal. Indica que avaliamos nossa vida familiar, hoje, comparada a um modelo de família idealizado (KEHL, 2003).

Na segunda metade do século XX, a família organizada em torno do poder patriarcal começou a ceder lugar a um modelo de família mais igualitária. A emancipação da mulher que durante muitas décadas foi dependente do marido se modificou. A autonomia financeira libertou a mulher de manter-se em um casamento insatisfatório e, com isto, o número de separações e divórcios aumentou. Além disso, abriu-se espaço para a possibilidade de casar-se ou não, sem que isso fosse socialmente questionado.

A liberdade de escolha possibilitou o aparecimento de diferentes configurações familiares. O casamento ainda continua sendo uma forma de relacionamento tradicional atual, porém hoje os parceiros escolhem-se com mais liberdade, assim como separam-se e recasam-se com novos parceiros, com mais facilidade. Deste modo, novas formas de relacionamento passaram a ser vistas como possíveis (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2010).

Houve um declínio no número de casamentos, ainda que este tipo de união continue aparente no cenário atual. Esse declínio, atrelado ao crescimento no número de uniões não legalizadas reforçam a queda do prestígio pelo casamento. Frente às novas possibilidades, a família deixou de ser uma instituição modelo se comparada com o ideal de família herdada pelas gerações anteriores (JABLONSKI, 2011; FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2011).

As oportunidades profissionais que se abriram para as mulheres, eliminando grande parte da dependência econômica feminina, contribuíram para a perda poder masculino dentro do lar (ROCHA-COUTINHO, 2013; 2015). Deste modo, as maiores transformações ocorridas no interior do núcleo familiar são assinaladas pela alteração da posição da mulher na sociedade, e do novo padrão de relacionamento estabelecido entre os membros da família.

Observa-se uma passagem da família autoritária para uma família mais igualitária, tendência mais visível nas camadas médias. Do ponto de vista demográfico, pode-se dizer que algumas das mudanças que vêm marcando a estrutura familiar brasileira das últimas décadas estão ligadas à sua estruturação. Apesar do caráter nuclear da família continuar predominante, seu tamanho diminuiu (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

A alta progressiva dos índices de escolaridade entre as mulheres e seu ingresso no mercado de trabalho podem ser atrelados como determinantes no aumento da idade para se casar. As técnicas anticoncepcionais possibilitaram à mulher diversificar suas experiências sexuais, desvinculando a sexualidade da procriação. Desse modo, ter filhos deixou de ser a finalidade, ou consequência de um relacionamento à dois. A satisfação sexual passou a ser incluída como um dos requisitos para a escolha do cônjuge (KEHL, 1998).

A sexualidade dos parceiros, na atualidade, já não aparece mais ligada a uma resposta feminina ao desejo masculino. Hoje é esperado que o homem esteja mais presente e participativo na criação dos filhos, e que a mulher exerça um papel auxiliar na economia da família. As necessidades emergentes substituíram a hierarquia por sexo, e deste modo os deveres e privilégios passaram a ser repensados.

A geração das mulheres atuais apresenta características peculiares. Elas buscam desde cedo sua independência financeira, investem mais tempo em sua formação escolar e profissional e buscam constantemente cursos para se aperfeiçoar. O casamento e a maternidade já não vêm mais necessariamente em primeiro lugar entre as suas prioridades (ROCHA-COUTINHO, 2010; 2013).

Contudo, as mulheres se inserem no espaço público atual carregando consigo as raízes do espaço privado. Elas procuram, deste modo, corresponder a um novo modelo feminino

que traz consigo um paradigma que obedece a uma dupla mensagem contraditória. Para ser respeitada, pense, aja e trabalhe como um homem, mas, para ser amada, seja delicada e meiga como uma mulher (OLIVEIRA, 1993).

Essa ideia paradoxal – “seja homem, seja mulher”, representa a multiplicidade de papéis que a mulher contemporânea tem que assumir na atualidade. Ao questionar as normas e papéis pré-estabelecidos e entrar em espaços até então proibidos, as mulheres introduziram a incerteza, a pluralidade e a possibilidade de escolha, onde anteriormente só havia espaço para a unanimidade e a certeza. Inseridas no espaço privado do lar, regido pela afetividade, e ao mesmo tempo no espaço público, regido pela competitividade, as mulheres descobriram que o acesso às funções masculinas não bastaria para legitimar a tão desejada igualdade (OLIVEIRA, 1993).

A conquista do projeto feminino de igualdade possibilitou a mudança nas relações de gênero, na medida em que as mulheres puderam se libertar de velhos estereótipos e construir novas formas de se relacionar (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014). E, assim, valores tradicionais como respeito, obediência e submissão, considerados fundamentais e definidores da mulher até meados do século XX, foram sendo progressivamente abandonados (ALMEIDA, 2007; MALUF, 2012). O mundo atual abriu espaço para uma mulher competitiva, que luta pelos seus direitos, questiona sua posição e busca reafirmar-se diante do universo organizacional.

É possível inferir que atualmente a mulher passa mais tempo fora de casa, exercendo a função laboral do que envolvida com as atividades do lar. Ainda assim, é predominante seu papel de cuidadora e mãe. Antigas concepções de que “mãe é mãe” e de que “ela é a principal responsável pelos cuidados com os filhos” ainda permanecem (ROCHA-COUTINHO, 2010; 2013).

A expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre seu ingresso no mundo do trabalho. Apesar de hoje o número de mulheres com nível universitário e de pós-graduação chegar a um percentual de 70%, e os homens ser em torno de 66%, existe uma significativa diferença salarial entre eles (IBGE, 2017). Assim o ingresso da mulher nas universidades e em profissões até então exclusivas dos homens veio acompanhado de uma luta em relação à conquista de espaço.

A mudança de *status* da mulher, especialmente na sua capacidade de ganhar dinheiro, aponta para uma série mudanças em seu papel no âmbito familiar. O poder econômico crescente das mulheres retirou dos homens o poder absoluto sobre as decisões familiares, colocando a mulher num lugar menos passivo. É possível notar uma profunda mudança na

estrutura familiar, à medida que o homem deixa de ser o único provedor financeiro do lar, e a mulher a única responsável pelas tarefas domésticas (FONTENELE-MOURÃO; GALINKIN, 2008).

Apesar disso, as mulheres ainda se veem mergulhadas nas burocracias do lar. E mesmo depois de um dia inteiro de trabalho, elas precisam lidar com uma rotina muito parecida com a das donas-de-casa do passado (ROCHA-COUTINHO, 2010; SILVA; LIMA, 2012). E por esta razão a mulher permanece sentindo-se sobrecarregada, e esgotada com tantas atribuições.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho permitiu que ela tivesse maior autonomia, e abriu a possibilidade de escolhas que até então não eram permitidas. Por outro lado, o desafio de ser competitiva e eficiente no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, cumprir com suas responsabilidades conjugais e familiares para que respondesse de forma satisfatória as cobranças sociais, geraram intensa sobrecarga à ela (JABLONSKI, 2010; MALUF, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente o trabalho adquiriu diferentes significados na vida da mulher. A possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho foi uma importante conquista feminina. Apesar, de ainda existirem expressivas desigualdades entre homens e mulheres no âmbito organizacional, poder trabalhar representa para muitas mulheres realização pessoal, e confere status e prestígio.

O papel social da mulher se transformou ao longo dos anos, entretanto ainda existe um alto nível de expectativa sobre a mulher enquanto mãe. Observamos o quão difícil é a tarefa do exercício da maternidade na atualidade, sobretudo para as mulheres inseridas no mercado de trabalho. Características como de frágil, emotiva, dependente e passiva marcado como característico da natureza feminina deu lugar a uma mulher independente, forte e capaz, que passou a ocupar posições de liderança e prestígio no âmbito organizacional.

A sociedade atual, espera que a mulher seja uma esposa dedicada, uma profissional bem sucedida, uma mãe exemplar, atinja metas, gere resultados e eduque bem seus filhos. Vivemos em um contexto social no qual a não dedicação à maternidade é uma ideia pouco admitida, e por esta razão a mulher vivencia um sentimento ambivalente quanto ao papel de ser mãe, visto que, para assumir esta função ela teria que optar por tardar a realização de alguns de seus projetos pessoais. Conclui-se, desse modo, que harmonizar trabalho, vida pessoal e responsabilidades familiares têm sido um desafio cada vez mais intenso para mulher contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 411-422, 2007.
- ARAÚJO, Clara; SCALOM, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV; FAPERJ, 2005.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **História social da família e da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARDWICK, Judith. **Mulher, sociedade, transição**: como o feminino, a liberação sexual e a procura da autorrealização alteraram as nossas vidas. São Paulo: DIFEL, 1981.
- BERTOLINI, Lucila Benatti de Almeida. **Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar**. 2. ed. São Paulo: Vetor, 2002.
- FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 40 n. 42, p. 89-102, jun. 2007.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; ZIVIANI, Cílio. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2010. p. 83-108.
- _____; _____. MAGALHÃES, Andrea Seixas. Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 43-60.
- FONTENELE-MOURÃO, Tânia Maria Fontenele; GALINKIN, Ana Lúcia. Equipes Gerenciadas por mulheres: representações sociais sobre gerenciamento feminino. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 91-99, 2008.
- IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JABLONSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010.
- _____. O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 27-42.
- _____. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, G. C. PEREIRA, R. C. (Org.). **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 163-176.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 917-928, dez. 2014.

MALUF, Vera. **Mulher, trabalho e maternidade**: uma visão contemporânea. São Paulo: Atheneu, 2012.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 34-47, jun. 2004.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença**: o feminino emergente. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

_____. **Reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

OSÓRIO, Luís Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do (Org.). **Manual de Terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011. v. 1.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Milchelle Zimbalist; LAMPHERE, Louíse (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-118.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família**: transmissão, conflito e violência. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013. p. 13-34.

_____. De volta ao lar: mulheres que abandonaram uma carreira profissional bem-sucedida com o nascimento dos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família**: permanências e rupturas. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2010. p. 219-236.

_____. Investimento da mulher no mercado de trabalho: repercussões na família e nas relações de gênero. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e casal**: parentalidade e filiação em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Prospectiva, 2015. p. 103-118.

_____. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 122-137.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, Diogivânia Maria; LIMA, Albenise de Oliveira. Mulher, trabalho e família na cena contemporânea. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 5, n. 1, jul. 2012.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.